



XIX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA
Universidade e Desenvolvimento Sustentável: desempenho acadêmico e os desafios da sociedade contemporânea

Florianópolis | Santa Catarina | Brasil
25, 26 e 27 de novembro de 2019
ISBN: 978-85-68618-07-3



ANÁLISE CRÍTICA DA PROPOSTA DE UMA NOVA UNIVERSIDADE

Dauana Berndt Inácio

Universidade Federal de Santa Catarina
dauana.adm@gmail.com

Daniel Nascimento-E-Silva

Universidade Federal de Santa Catarina
danielnss@gmail.com

RESUMO

Inúmeros estudos têm mostrado a necessidade de mudança no sistema universitário brasileiro, especialmente o público. Diversas razões são apontadas para isso, podendo ser sintetizadas no descompasso entre sua forma de atuação e relacionamento com o seu ambiente de atuação: o que as universidades fazem não seriam bem aquilo que o ambiente externo espera e necessita. Este ensaio tem como objetivo avaliar criticamente a proposição de uma nova universidade feita por Almeida Filho (2007). Para isso, primeiro procurou saber o que é considerado uma universidade atualmente, recompondo o estado da arte sobre essa instituição, depois analisou os cinco pilares proposta de nova universidade feita pelo autor: nova sistemática de permanência dos alunos e ampliação do número de vagas, consideradas ações de cunho gerencial, e nova formação interdisciplinar, nova estrutura curricular e novo processo seletivo, como ações de cunho acadêmico; e finalizou com a representação esquemática da nova universidade. A conclusão mostra que a efetivação de uma nova universidade precisa se dar sobre pilares gerenciais e acadêmicas para provocar as mudanças necessárias à edificação de uma formação humana integral.

Palavras Chave: Universidade; Nova Universidade; Análise Crítica; Formação Humana Integral

1. INTRODUÇÃO

Diversos estudos têm focado a necessidade de se mudar a universidade (VIEIRA, 2014; DAGNINO, 2015; MORITZ et al, 2011; SILVA; BERNARDES, 2007). Parece que há consenso sobre a inadequação de seu papel e sua função ante as necessidades e realidade dos seus ambientes de operações. Muitos propõem diagnósticos mais ou menos precisos, como é o exemplo dos estudos de Dagnino (2015) e Nolasco-Silva e Ribeiro (2019). Diagnósticos parecem não faltar. O desafio, ao que tudo indica, é tanto à vontade quanto a elaboração de uma agenda institucional ou interinstitucional de fazer a universidade voltar a ser o lugar privilegiado da inteligência e da cultura, como propõe Almeida Filho (2007).

Não é que faltem desejos da transformação universitária. Parece faltar inteligência, no sentido duplo de elaboração de um cronograma de mudanças e na busca de consenso sobre o conteúdo de tal agenda. Diversos empecilhos precisam ser superados, como é o caso da luta pelo poder cada vez mais acirrada e jogos de interesses departamentais crescentemente egoístas. Mas, para mudar, é preciso, antes conhecer.

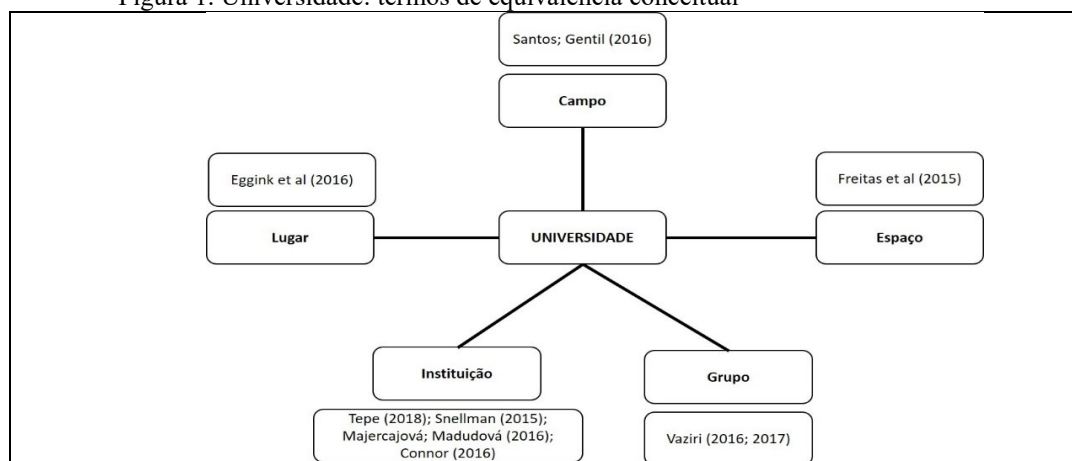
Neste sentido, este ensaio tem como objetivo apresentar uma análise crítica da proposta de uma nova universidade feita por Almeida Filho (2007). Para isso, primeiro foi feito um levantamento junto à literatura nacional e internacional em torno do que, atualmente, é considerada uma universidade. Utilizaram-se para isso, simultaneamente, análises semânticas e de conteúdo, sendo identificados os termos de equivalência do conceito (o que é universidade) e seus atributos (elementos que caracterizam uma universidade). Depois foram analisados criticamente os contornos da nova universidade propostos por Almeida Filho (2007), avaliando-se tanto a extensão quanto a profundidade desses contornos, de modo que se pudesse compreender a possibilidade de sua realização. Os resultados mostraram que a nova universidade difere da universidade em termos de seu relacionamento proativo com o ambiente externo e com a contemplação de uma formação humana integral para o seu corpo discente.

2. O QUE É UNIVERSIDADE?

As definições conceituais existentes na literatura mostram que a universidade vista como instituição é a mais frequente (TEPE, 2018; SNELLMAN, 2015; MAJERCAJOVÁ; MADUDOVA, 2016; CONNOR, 2017). Uma instituição é o estágio final de um processo que culmina com a inovação de procedimentos e termina com a adoção dessa inovação por parte da maioria das organizações que fazem parte de determinado campo. Dessa forma, as organizações universitárias como instituições devem apresentar pelo menos uma característica diferenciadora que as fazem ser imitadas e, ao serem imitadas, transformam o núcleo dessa imitação em fonte institucionalizadora.

Afora a natureza institucional, a literatura não apresenta nenhum outro termo de equivalência com frequência considerável. Pelo contrário, denota-se certo grau de dissenso nesse particular. Por exemplo, o estudo de Santos e Gentil (2016) considera a universidade como equivalente a campo, diferentemente da pesquisa de Freitas (2015), que a interpreta como espaço, a de Eggink e colaboradores (2016) que a percebe como lugar e a de Vaziri (2016; 2017), como grupo. Em termos globais, portanto, parece não haver uma visão consensual. No entanto, uma análise mais detida leva à percepção de que campo, espaço e lugar fazem parte do mesmo campo semântico, o que significa que têm seus significados muito próximo, podendo até mesmo serem considerados sinônimos uns dos outros.

Figura 1. Universidade: termos de equivalência conceitual



Fonte: elaborada pelos autores.

Como mostram os dados contidos na figura 1, os termos de equivalência parecem poder ser divididos em dois extremos, como lados opostos de um *continuum*. De um lado, os termos de equivalência que são essencialmente físicos, visíveis, tangíveis, como é o exemplo do grupo, e outros, essencialmente não visíveis, intangíveis, extrafísicos, como instituição. Isso quer dizer que os termos de equivalência físico podem ser vistos diretamente, assim como serem objetos de medição e constatação diretas. Os termos de equivalência extrafísicos só podem ser constatados indiretamente, naturalmente que por meio de evidências físicas. Por exemplo, a instituição só pode ser confirmada quando apresenta determinadas características físicas, tais como a adesão de certa inovação por grande parte de organizações de determinado campo, legitimação por meio de normas e assim por diante. Assim, a imitação e as normas são aspectos visíveis da institucionalização, fenômeno intangível diretamente.

Outros termos de equivalência parecem apresentar duplas dimensões ou transição entre os campos físico e extrafísico. É o caso de campo. Existe o campo físico, correspondente ao lugar geograficamente determinado de existência ou localização da universidade, da mesma forma que o campo institucional, que é até onde chegam os atributos intangíveis da organização que a fazem ser imitada. Dessa forma, os termos de equivalência campo, espaço e lugar parecem pertencer a essa transitoriedade.

A universidade, então, a partir de seus termos de equivalência é um fenômeno de natureza física e extrafísica. Isso quer dizer que é percebida tanto pelos seus atributos físicos, como prédios, instalações e produção de bens e serviços, assim como por aspectos extrafísicos, como sua reputação, institucionalização e o que representa para as comunidades onde opera ou está inserida. Como consequência, o termo universidade não ocupa apenas um espaço geográfico determinado, cujas fronteiras podem ser delimitadas e delineadas fisicamente, mas variados espaços extrafísicos, cujos limites se expandem até onde sua imagem é percebida ou suas ações se fazem sentir.

A literatura também apresenta os atributos, as particularidades, ou seja, as características de uma universidade. Desta forma, o ensino e a pesquisa são as características mais frequentes (FREITAS, 2015; CONNOR, 2017; SNELLMAN 2015; MAJERCAJOVÁ, MADUDOVÁ, 2016; TEPE, 2018). Segundo a percepção desses autores, não há universidade que não foque o ensino e a pesquisa. A estrutura lógica dessa concepção é simples: as universidades produzem os conhecimentos sobre os fatos e fenômenos do mundo que, depois, serão ensinados aos seus membros, que podem ser tanto outros pesquisadores, quanto os técnicos administrativos, mas principalmente seus alunos.

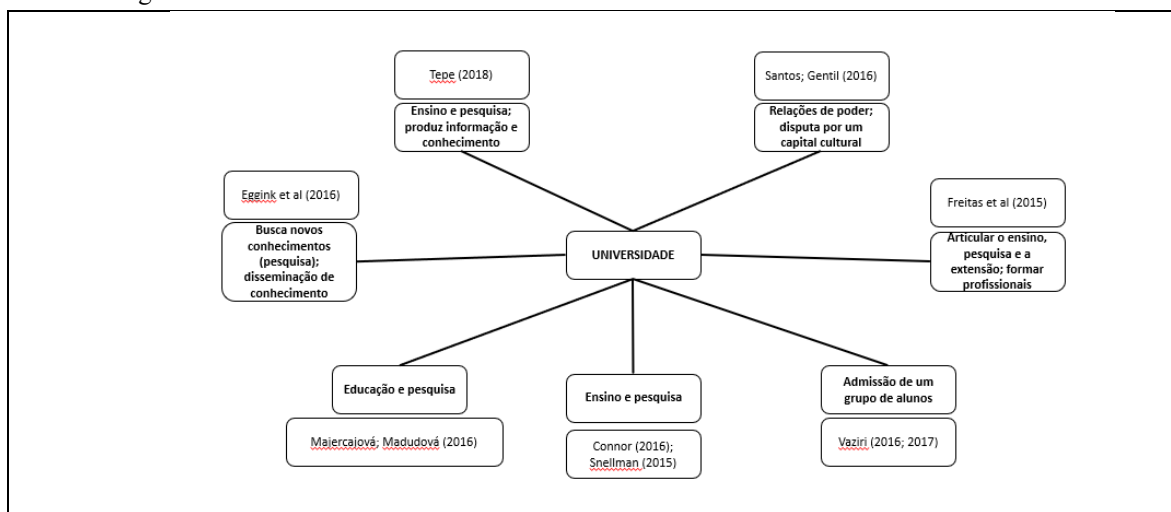
A literatura não apresenta nenhum outro atributo com frequência considerável que caracterize as universidades. No entanto, outros atributos encontrados apresentam certo grau de dissenso, como é caso dos estudos de Vaziri (2016, 2017), que mostram a admissão de

alunos como atributo da universidade, o de Eggink e colaboradores (2016), apresentando como característica a busca por novos conhecimentos e a sua disseminação e o de Santos e Gentil (2016), que ressalta as disputas de poder e do capital cultural. No entanto, em termos globais, parece que há uma visão consensual de que uma universidade se caracteriza por ensino e pesquisa.

Outra ideia encontrada na literatura relativa aos atributos de uma universidade é a disseminação de conhecimento (EGGINK et al, 2016; GUEDES, 2004; TONET; PAZ, 2006; FAGUNDES; LIMA; SANTOS, 2016), sendo a matriz de tudo, a pesquisa. São os resultados das investigações nas universidades que são disseminados para o seu ambiente de atuação sob diversas formas, tanto sob o formato físico, como os produtos tecnológicos e os serviços prestados, quanto extrafísico, quando a instituição é percebida como fonte de soluções para os problemas e necessidades que instituições, organizações, comunidades e indivíduos têm ou podem vir a ter.

A universidade também apresenta como atributo as relações de poder enquanto disputa pelo monopólio do capital cultural que ela detém (SANTOS; GENTIL, 2016; FÁVERO, 2011; PEIXOTO, 2007; ARRUDA, 2010). O capital cultural é um atributo extrafísico, intangível, mas imaginável. Como as sociedades e comunidades dos ambientes em que operam consideram que as universidades têm poderes formidáveis, manuseáveis por meio de conhecimentos e tecnologias, por exemplo, capazes de serem utilizados para determinados fins, isso lhes conferem poder em relação aos seus ambientes de operação. Quem dirige as universidades, portanto, têm essa capacidade real de influenciar tanto as mentalidades quanto as decisões do seu ambiente externo, o que explica em grande parte as diversas lutas pelo poder nas universidades.

Figura 2. Universidade: atributos



Fonte: elaborada pelos autores.

Ensino, pesquisa e extensão continuam sendo os atributos essenciais da universidade, como as características que mais a caracterizam. Como mostram os dados contidos na figura 2, os atributos parecem se relacionar, apesar de pequenas divergências no posicionamento de alguns autores. É na universidade, por exemplo, que se dá a produção do conhecimento e sua disseminação para o seu ambiente de operação, apesar das lutas constantes pelo poder, que algumas vezes chegam a modificar radicalmente a forma de relacionamento com o ambiente. O papel da universidade é interagir com a sociedade de uma forma em que se estabeleça um relacionamento de crescimento para ambos, especialmente através do ingresso de novos alunos para formações profissionais específicas, do desenvolvimento de pesquisas e aplicação de seus resultados.

Dessa forma, o estado da arte sobre o que é universidade pode ser assim sintetizado: a universidade é um espaço físico e extrafísico de produção e disseminação do conhecimento. A

dimensão física corresponde aos aspectos visíveis, apreendidos pelos sentidos, tais como os espaços físicos onde se encontram suas instalações, enquanto a dimensão extrafísica diz respeito às dimensões simbólicas, intangíveis, mas imagináveis, como a cultura científica, sua reputação e similares. Nesses espaços físicos e extrafísicos são produzidos conhecimentos sobre os fatos e fenômenos do mundo que depois são transmitidos de diversas formas, tanto através do ensino quanto da extensão.

3. METODOLOGIA

O percurso metodológico seguido para gerar os resultados e a conclusão deste estudo está de acordo com o método bibliográfico conceitual desenvolvido por Nascimento-e-Silva (2012): formulação das questões norteadoras, coleta dos dados nas bases científicas nacionais e internacionais, organização dos dados com o uso de técnicas de análises semânticas, do discurso e de conteúdo e geração das respostas às questões. As questões trabalhadas foram de dois tipos: conceituais e estruturais.

As questões conceituais têm como unidade de análise as definições conceituais. Cada conceito é analisado a partir de esquema de engenharia reversa, identificando-se os termos de equivalência e os atributos de cada conceito. Na definição “Homem é o ser humano do sexo masculino”, Homem é o conceito, “é o ser humano do sexo masculino” é a definição, “Ser humano” é o termo de equivalência (que iguala o conceito a ele, torna-o equivalente a ele) e “sexo masculino” é o único atributo apresentado. Os termos de equivalência significam a parte visível do conceito e os atributos, aquilo que os diferencia e caracteriza. Ao identificarem-se dezenas e até milhares de termos de equivalência, tem-se o escopo compreensivo do fenômeno; ao organizarem-se os atributos, tudo o que se sabe sobre o conceito, em amplitude e profundidade. Isso nos permitiu saber o que é universidade e demarcar seu estado-da-arte, contido na primeira parte deste estudo.

As questões estruturais são aquelas que visam à compreensão dos componentes de um entendimento, suas partes. Cada ideia é composta de alguns enunciados (teses). Para que possam ser compreensíveis, apresentam argumentos e proposições. A análise triádica (semântica, discurso e conteúdo) permite a compreensão gramatical (denotativa e conotativa), do que o indivíduo disse e do que ele disse sem dizer (o não dito). Essa estratégia foi utilizada para entender a ideia integral (explícita e implícita) de nova universidade, conforme está contida na quarta parte (resultados) deste artigo.

4. RESULTADOS

Os resultados e a conclusão aqui apresentados são a recomposição do saber apreendido. Vale dizer: apenas uma dentre inúmeras possibilidades, talvez tão viáveis quanto esta aqui apresentada, uma vez que o campo do que pode ser efetivo parece quase ilimitado e que, infelizmente, a ciência tradicional ainda não aprendeu a lidar com essa múltiplas possibilidades.

4.1 A NOVA UNIVERSIDADE

Almeida Filho (2007) propôs os contornos de uma nova universidade brasileira, passível de substituir o modelo atual. Identificamos cinco características dessa proposta: novos programas de permanência, ampliação do número de vagas, nova formação interdisciplinar, nova estrutura curricular e novo processo seletivo. Dividimos essas características em dois grupos: o primeiro pode ser considerado focos de planos de ação ou de políticas públicas, nos casos das instituições públicas, que são os novos programas de permanência e a ampliação do número de vagas, enquanto o segundo grupo, se praticada conforme detalharemos em seguida, pode provocar a revolução acadêmica esperada por grande parte das comunidades institucionais.

4.1.1 Ações de natureza gerencial

As ações de natureza gerencial têm como finalidade a readequação das atividades-fim da universidade para com as mudanças sofridas pelo ambiente externo ao longo do tempo. O ambiente mudou, mas a universidade permaneceu alheia às mudanças. O cerne das ações que levariam à materialização da nova universidade se concentra nos polos extremos do sistema institucional, agindo tanto na entrada quanto na saída. Como consequência, há que se alterar o processo de seleção do corpo discente e, tão importante quanto, evitar a evasão. Apesar da proposta de Almeida Filho (2007) se restringir às camadas consideradas excluídas, nossa visão estende esses dois aspectos tanto às camadas mais pobres quanto à categoria dos excepcionais, como os portadores de necessidades especiais e os supergênios.

Os alunos mais pobres têm dificuldades de permanência porque não têm as condições financeiras necessárias, por exemplo, para arcar com os custos de transportes, alimentação, aquisição de livros, equipamentos e cópias de documentos. Isso os coloca em nível extremamente desigual em relação aos seus colegas oriundos de famílias mais abastadas. O resultado disso é, quase sempre, o abandono. Quando não se evadem, prolongam demasiado o tempo de permanência porque precisam conjugar o tempo de estudo com o tempo de trabalho para que possam dar conta dos custos naturais de todo processo formativo.

Isso implica em admitir que estudar tem um custo, que pode ser dividido em duas categorias. A primeira é o custo de oferecimento do ensino, pesquisa, extensão, inovação e toda atividade-fim de responsabilidade da universidade. O segundo custo é o relativo à participação do aluno (e do docente, técnico administrativo e qualquer outro indivíduo) nessas atividades, custo esse que não é considerado nem institucionalmente, nem nos estudos e análises técnicas e científicas, mas que precisa fazer parte da pauta de questões a serem dirimidas através de ações planejadas institucionalmente, sob pena da permanência continuar comprometida. Captar e manter alunos em consonância com as mudanças estruturais do ambiente externo é o desafio que a universidade precisa enfrentar e superar para que haja o advento da nova universidade.

4.1.1.1 Novos programas de permanência

O aluno precisa entrar na universidade e permanecer ali até concluir a sua formação profissional. Se quiser apenas ser um profissional de determinada área, sua formação deve ser planejada com esse intuito, combinando atividades de ensino, pesquisa e extensão. A realidade atual, em que a universidade apenas proporciona a entrada no sistema, provoca elevados índices de evasão e permanência exagerada que, quase sempre, se transforma em evasão.

O projeto de uma universidade nova espera a redução das taxas de evasão, uma vez que as escolhas de carreira, tanto profissional quanto acadêmica, serão realizadas com maior maturidade e conhecimento do conteúdo das formações (ALMEIDA FILHO, 2007). Grande parte dos egressos do ensino médio tem uma visão equivocada (LIMA, 2019) ou distorcida tanto da realidade universitária quanto do conteúdo dos cursos que a universidade oferece (NALINI, 2019). É preciso conhecimento do que a universidade pode (e o que não pode) oferecer, assim como as dificuldades inerentes a toda formação, para que, sabendo de antemão, o candidato às vagas possa se prevenir e tomar decisões mais consistentes.

Além disso, espera-se reforçar os programas de permanência ampliando o apoio social aos estudantes, por meio de bolsas e programas de ensino, garantindo condições de vida e disponibilizando recursos pedagógicos e financeiros para uma formação profissional plena (ALMEIDA FILHO, 2007). Talvez sair seja mais difícil do que entrar na universidade. Os custos de permanência podem ser elevadíssimos, como é o caso dos cursos de medicina, em que o custo médio das obras que devem ser utilizadas está além da possibilidade de aquisição das próprias universidades.

A universidade não conseguirá dar conta da permanência, se continuar a agir sozinha ou com parcerias esporádicas. Precisa parar de pensar apenas de quatro em quatro anos, que é a duração dos planos de desenvolvimento institucionais, para pensar estrategicamente, no longo prazo. Universidades precisam estar pelo menos 50 anos à frente de seu tempo, para que possa elaborar planos efetivos de curto e médio prazo que possibilitem a concretização de seus objetivos de longo prazo. Para isso é preciso envolver o máximo possível de agentes, instituições e indivíduos no rol de parceiros permanentes, cujos resultados beneficiem a todos (AMORIM, 2019; CAMPOS; SILVA; SILVA, 2019).

A nova universidade supera dificuldades financeiras e pedagógicas. Se não tem bolsas, dinheiro pode ser conquistado com a prestação de serviços de pesquisas que podem ser transformados em bolsas. Bolsa é uma forma diferente de falar de dinheiro. O mesmo se dá com a questão pedagógica, que nada mais é do que uma forma simplificada de dizer “aprender”. A universidade nova faz dinheiro e aprende de diversas formas o tempo todo, principalmente em relação às finanças e pedagogia.

Outra forma de auxiliar na permanência dos estudantes nas universidades públicas seria a reestruturação da grade de horários. Isso inclui regimes de estudos para aqueles que precisam trabalhar, bem como a abertura de cursos em horário noturno e aulas concentradas aos finais de semana (ALMEIDA FILHO, 2007). Há alunos que têm o suporte financeiro para arcar com os custos de aprendizagem e formação, mas há alunos que não o têm. Alunos pobres precisam trabalhar para se sustentar. Mas essa obviedade não é considerada pelas universidades, principalmente as públicas. Suas programações são feitas como se ninguém tivesse qualquer necessidade de subsistência. Quem quiser, que se adapte às programações, o que exclui operacionalmente os menos favorecidos materialmente. A universidade precisa ter inteligência de pelo menos não prejudicar aquele que vê na aquisição da formação humana integral a possibilidade de enfrentar e superar as suas dificuldades de existência. É conhecendo essas dificuldades que cada instituição encontrará os caminhos que levarão à contemplação da estrutura curricular e programática adequada para as necessidades de seus públicos-alvo.

Também seria necessário implementar um programa para acompanhamento acadêmico, tutoria social e reforço escolar dos estudantes que ingressaram por cotas (ALMEIDA FILHO, 2007). Eliminar as cotas é um dos objetivos futuros, de forma que não sejam mais necessárias, mas isso só é possível quando a transformação da mentalidade da sociedade for contemplada pelas mudanças que devem ser processadas nas operações e mentalidade das universidades, equiparando-as.

Por fim, a ampliação de bolsas de trabalho, bolsa-residência e auxílio alimentação precisa ocorrer, de modo a realizar o apoio estudantil adequado. Alunos ricos convivem com alunos miseráveis (quando estes conseguem conviver), em uma forma dissimulada de equivalência de oportunidades. Os miseráveis passam fome antes, durante e após as aulas, o que afeta decisivamente qualquer possibilidade de aprendizagem efetiva. Muitos são impedidos de continuar os estudos porque não conseguem se locomover até a instituição, enquanto outros mais, mesmo conseguindo assistir às aulas, não conseguem acompanhar o conteúdo porque lhes faltam materiais e suporte didáticos. Estudar custa caro. E esse custo não é apenas os custos de operações da universidade, mas principalmente o custo de não aprender (SANTOS; ASSUNÇÃO, 2019).

Em inúmeros casos, o aluno precisa trabalhar para que possa arcar com os custos pessoais da aprendizagem e da formação profissional, além da subsistência de seu núcleo familiar. E isso precisa fazer parte da agenda de responsabilidades da universidade, principalmente a pública. O dinheiro que auferirá precisa fazer parte do retorno dos investimentos que ele mesmo faz, não pode ser benesse institucional, mas sim contraprestação

do serviço que lhe foi prestado. Isso é a bolsa serviço, assim como são as bolsas pesquisa, bolsa extensão e tudo o mais.

Outra coisa são as bolsas infra estruturais, como o bolsa residência e a bolsa alimentação. Chamamos de infraestrutura a todos os tipos de serviços que a universidade deveria prestar para que os alunos que não tenham condições de arcar com os investimentos neste sentido possam tê-los, em forma de equivalência que têm os alunos ricos e da classe média. Se a universidade não disponibiliza os serviços, precisa repassar o dinheiro equivalente para os alunos carentes, separadamente das bolsas oriundas dos trabalhos que os alunos prestarem à instituição.

4.1.1.2 Ampliação de vagas

De acordo com Almeida Filho (2007), os processos de urbanização e de modernização do Brasil fizeram com que a demanda no ensino superior aumentasse, principalmente nas universidades públicas, pois eram consideradas de qualidade em todos os indicadores. Essa posição precisa ser vista com reservas, principalmente por quem conhece sistemas universitários de outros países e consegue fazer análises comparativas, especialmente em relação ao que se pode chamar qualidade “em todos os indicadores”. O fato é que alunos de todas as classes vão para as universidades públicas porque lá eles não pagam mensalidades e nenhuma taxa adicional. Talvez a qualidade nem seja considerada. Talvez os alunos nem saibam o que seja isso, uma vez que nem especialistas da área apresentam consenso neste sentido (PAULA; MATOS, 2018).

A realidade mostra é que o número de pessoas que terminam o ensino médio e que podem adentrar as fronteiras do ensino superior aumentou muito nas últimas décadas (PRESTES; JEZINE; SCOCUGLIA, 2012; TAVARES, 2009; VAIDERGORN, 2001). E as vagas, apesar de terem aumentando, não acompanharam a explosão de candidatos, razão pela qual o ensino superior privado, pago, ficou superdimensionado. Assim, quanto maior a demanda, mantida quase que inalterada a oferta, mais acirrada será a relação candidato/vaga, elevando drasticamente a concorrência. Nessa competição, quem tiver treinado com mais adequação a resolução do teste seletivo terá mais chance de adentrar as fronteiras das universidades públicas; quem não tiver, seu caminho o levará para as instituições privadas, se tiver dinheiro para pagar ou se conseguir os financiamentos públicos e estiver disposto a se endividar durante alguns anos em cenários econômicos desanimadores.

Diante desse quadro, duas alternativas se sobressaem. A primeira é aumentar o número de vagas financiadas pelo governo junto à iniciativa privada, prática que tem sido adotada por vários países, como o Chile (PAIVA, 2015), que representa investimento global menor. A segunda é ampliar as vagas a partir da expansão da infraestrutura universitária pública atual, de custo muito maior e capacidade de absorção mais reduzida do que a iniciativa privada, que foca apenas no ensino, deixando de lado pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo tecnológico, áreas que se expandem todas as vezes que o sistema se amplia.

A preocupação de Almeida Filho (2008) é ampliar a oferta de vagas nas universidades públicas para reduzir a competição, para que tanto alunos de escolas privadas quanto de escolas públicas tenham acesso a elas. Existiria a expectativa de duplicar a oferta de vagas, contudo, a realidade socioeconômica tem mostrado que isso é inviável, pelo menos no curto e médio prazo, o que exige a reformulação do que seja “universidade pública” e até mesmo “educação pública”, com consequências até mesmo constitucionais.

4.1.2 Ações de natureza acadêmica

Enquanto as ações de natureza gerencial visam ajustar a universidade à realidade atual, especialmente no equilíbrio entrada-saída de alunos, as ações de natureza acadêmica têm como foco a ampliação da trilogia ensino-pesquisa-extensão para a promoção de mudanças no

próprio ambiente externo. As consequências das proposições de Almeida Filho (2007), como está sendo mostrado, representam alteração no papel da universidade, transformando-a de agente de suporte a transformador do ambiente externo.

À universidade não competiria, portanto, apenas produzir e disseminar conhecimentos, mas agir sobre o ambiente através do remodelamento de suas operações internas. Essa reestruturação perpassa a modificação da visão de mundo que ali predomina, com impacto na reformulação curricular, para que seja possível um novo processo seletivo. Dessa forma, se a universidade conseguir imprimir essa nova dinâmica, terá grandes possibilidades de instaurar uma nova formação humana, agora integrada, que contempla as dimensões biológicas, relacionais e espirituais humanas.

4.1.2.1 Nova formação interdisciplinar

Almeida Filho (2007) traz a proposta da implantação de Bacharelados Interdisciplinares (BI). Os BI abrangeriam as grandes áreas do conhecimento, sendo dividido em Cursos-Tronco (de formação obrigatória), Cursos de Formação Geral (de formação opcional em cada um dos eixos temáticos: cultura humanística, cultura artística, cultura científica) e Cursos de Formação Específica (ofertados aos alunos que já concluíram a formação geral).

Nesta nova proposta de formação interdisciplinar, o estudante terá orientações para ajudar a escolher os blocos curriculares, a partir de suas aptidões, vocações e competências, contribuindo para uma escolha mais madura da carreira profissional. Isso permitirá: ampliação de conhecimento e competências cognitivas; escolha pelos estudantes de seus percursos de aprendizagem; integração entre conteúdos disciplinares e níveis de formação, redução das altas taxas de evasão e maior sucesso nas escolhas profissionais. Ao final, o egresso teria uma visão mais panorâmica da vida e do mundo, para que possa desempenhar com adequação sua formação em consonância com o que o seu ambiente de atuação necessita.

A formação interdisciplinar é um grande desafio para as universidades, uma vez que, foge do modelo tradicional de ensino. Mas ela é fundamental para nortear o caminho da sociedade. O mercado de trabalho tem exigido cada vez mais profissionais flexíveis, capazes de ver e entender o mundo e os problemas por meio de uma visão interdisciplinar. Além disso, o cidadão deve ter habilidades individuais desenvolvidas como a capacidade de se relacionar com as pessoas, se colocar no lugar do outro, adquirindo uma postura mais humanística. Mais além ainda, é a própria vida que clama fazer parte da preocupação das universidades, principalmente na busca da autorrealização, autonomia e construção de seus momentos de felicidades. O estudante deve ser capaz de ter uma visão do todo, de modo, a tornar suas decisões para a vida profissional mais assertivas, mas também deve ser capaz de construir sua própria felicidade.

O que Almeida Filho (2007) parece não contemplar no seu perfil da universidade nova é que a própria integração das disciplinas tem uma finalidade, que é a compreensão mais completa do mundo e da vida. Não se faz interdisciplinaridade apenas para formar melhor o trabalhador, mas fundamentalmente para mudar sua vida para melhor, para viver bem, tão bem quanto possível. O que a universidade atual faz é contemplar apenas uma parte da vida humana associada, que é aquela voltada para a aquisição egoísta de bens materiais, esquecendo das dimensões de alteridade, que são as responsáveis pelas instâncias de bem-estar e felicidade humanas. Não se estuda na universidade atual o bem, a felicidade, a solidariedade, a paciência e todas as formas substantivas de ação e compreensão humanas.

4.1.2.2 Nova estrutura curricular

A nova estrutura curricular seria a materialização da nova formação interdisciplinar, pois, se o modelo de formação muda, a estrutura curricular conseqüentemente tem que mudar.

Almeida Filho (2007) afirma que na década de 1990 ocorreu um desequilíbrio da educação superior, abrindo mercado para o setor privado de ensino. Neste contexto, as universidades públicas brasileiras obtiveram um viés mais profissionalizante, tendo a sua formação curricular mais reducionista, fracionada e mais dispersa dos saberes e daquilo que é praticado pelas sociedades. Mais ainda: o que a universidade ensina de forma fracionada está cada vez mais distante do que as sociedades necessitam.

A mentalidade e a visão de mundo sobre o planeta é que são fragmentárias, de maneira que suas instituições reproduzem culturalmente aquilo que herdaram e tendem a perpetuá-la. E isso é consequência natural da visão limitada a pequenos aspectos físicos da vida, deixando-se de lado os aspectos relacionais e espirituais, entendida a espiritualidade não como sinônima de religião, mas de consciência expandida em torno da ideia de bem, materializadas na busca da felicidade e do bem-estar. Quando se contempla apenas um aspecto fragmentado da vida humana integral o resultado quase sempre é o predomínio da visão utilitarista, egoísta e solitária por parte dos indivíduos.

Mas Almeida Filho (2007) tem razão quando defende a reestruturação da universidade, a fundação de uma universidade nova, ideal há muito perseguido. Universidade é lugar da universalidade de saberes, filosofias, ideologias, práticas e tudo o mais que configura a existência humana. É lugar de inteligência e cultura, como apregoa o autor. Não é, apenas, um lugar onde as pessoas vão buscar sua capacitação profissional ou para o trabalho. A universidade não é ferramenta do trabalho, principalmente quando o trabalho é cego, voltado exclusivamente para interesses egoístas individuais, que não consegue perceber suas externalidades. É necessária a inovação no sistema de educação universitária no Brasil, dando ênfase a aspectos relacionados a vida em sociedade, como os valores éticos e cívicos, com o meio ambiente e sustentabilidade, com a alteridade e vida humana associada, com as dimensões espirituais da vida e do mundo.

4.1.2.3 Novo processo seletivo

Neste novo formato de universidade, Almeida Filho (2007) ressalta que serão necessárias novas modalidades de processo seletivo. O modelo atual de ingresso, o vestibular, não se enquadraria para identificar as aptidões e as competências relacionadas à vocação do candidato, uma vez que uma prova unificada de perguntas e respostas não é suficiente para dar conta do perfil do novo tipo de aluno.

No entanto, Almeida Filho (2007) não apresenta um novo modelo para o ingresso na nova universidade, porém considera que os processos seletivos sejam feitos internamente pelas instituições universitárias. A ideia é que o ingresso ocorra por meio da habilidade, competência e aptidão. O novo processo seletivo deve basear-se na capacidade que o candidato tem para se expressar, resolver problemas e interpretar questões. Neste sentido, o aluno ingressante da universidade nova terá um novo perfil, ou seja, será comprometido com a cultura universitária e com seus estudos.

Além disso, matérias específicas deveriam ser direcionadas apenas aos candidatos para determinadas áreas, para aqueles que optassem por fazer carreira profissional nessas áreas. Hoje, algumas universidades possuem um processo seletivo dividido em duas etapas, sendo a primeira baseada no modelo tradicional de vestibular com perguntas e respostas, processo classificatório/eliminatório para a segunda etapa. Já a segunda etapa, conhecida como vocacionada, abordaria questões mais específicas para a área de interesse do candidato.

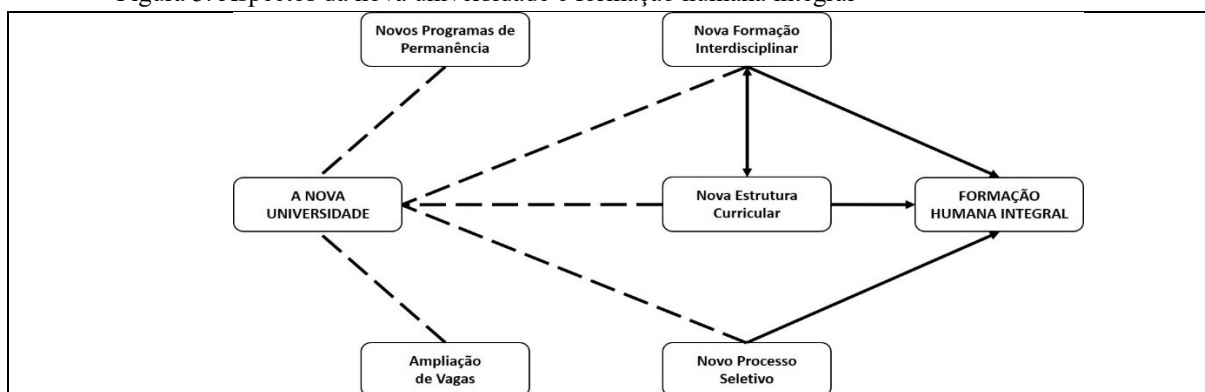
Universidade é lugar de inteligência e vontade de aprender. Mas também há espaço para quem quer apenas saber fazer alguma coisa para sobreviver e ganhar a vida, como é o caso de aquisição de profissões. Universidade é lugar de gênios e supergênios, sendo aqueles os que têm facilidade e vontade de aprender, enquanto estes são os que já sabem e são capazes de saber mais ainda. O que tem acontecido é que grande parte dos alunos tem seu foco apenas

para aquilo que supostamente lhe vai ser útil para exercer uma profissão, dando pouca importância para disciplinas e conteúdos que “nada tenham a ver” com o curso. É preciso mudar a ideia de curso ou de profissão para a de inteligência integral. O aluno precisa entrar para a universidade não para ter um diploma, mas para ser capaz de raciocinar e agir de uma forma tal que possa ser considerado essencial para o bem das sociedades e das comunidades de que fizer parte. Isso é o que configura uma formação humana integral.

4.2 FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

As mudanças na universidade, propostas por Almeida Filho (2007), têm consequências tanto no perfil do profissional quanto na própria estrutura da sociedade. As relativas ao perfil profissional apontam para uma trilogia composta de dimensões biológicas, relacionais e espirituais (ROCHA; BARCELOS, 2010; FERNANDES; COSTA; MAGALHÃES, 2015), que compõem a integralidade humana, como mostra a figura 3, jamais trabalhadas em conjunto na formação humana ao longo da história. Ao focar apenas um dos aspectos da integralidade humana, na verdade as universidades deformaram as potencialidades humanas e contribuíram para gerar a realidade atual por muitos rejeitadas, apesar dos inquestionáveis avanços tecnológicos que muitos usufruem.

Figura 3. Aspectos da nova universidade e formação humana integral



Fonte: elaborada pelos autores.

A dimensão biológica diz respeito à vida humana. A vida, com toda as suas fortalezas e fragilidade, é grande desconhecida para quase todos os habitantes do planeta porque está restrita a apenas algumas formações profissionais. É preciso que todos tenham os conhecimentos mínimos para compreenderem o que sustenta a vivência e como manter a vida. Esses conhecimentos são necessários para que todos compreendam que a maioria da população do planeta não vive, na essência plena do verbo viver, apenas subsiste, enquanto grande parte não resiste e tem culminada brevemente sua passagem pelo planeta (MARANHÃO, 2017; TONIAL, 2009).

É preciso compreender que a vida de um está ligada à vida de muitos e vice-versa. E os conhecimentos sobre a arquitetura da vida, a interligação entre as benesses e abastanças de uns e a miséria de muitos e as inúmeras possibilidades de reequilibrar essas relações de forma benéfica para todos precisam ser do domínio de todos, para que todos possam praticá-los e aperfeiçoá-los, para benefícios próprios e dos outros. Conhecer sobre a vida é abrir oportunidades de futuros vindouros mais promissores. Ao final todos perceberão que todos são responsáveis pelo que fazemos e pelo que poderemos fazer para mudar o cenário atual e futuro, que não será nem um pouco agradável para todos.

A dimensão relacional é consequência da dimensão biológica. O ser humano é um indivíduo sempre incompleto (MONTEIRO, 2019; PISSARRA, 2019), na eterna busca de se completar. Seu caráter incompleto é o que provoca todos os tipos de males que cria para si e para os outros, na maioria das vezes de forma inconsciente. É preciso que seja compreendido

que tudo o que um indivíduo tem não foi produzido por ele e que o que ele faz quase sempre não será por ele consumido ou utilizado. Isso leva à percepção de que o que um faz repercute sobre ele e sobre os outros, muitas vezes com consequências letais. É preciso, portanto, que se abra para a alteridade (RABELO, 2018). O outro precisa ser colocado como centro de atenção das ações humanas. É preciso abertura para o diálogo (HOFFMANN; MAXIMO, 2019; DIAS, 2019).

Nesta dimensão da formação humana integral é que se percebe que a principal ferramenta humana, depois do cérebro, é o diálogo, a comunicação, a busca de construção de consenso sobre as formas de ações humanas associadas (RODRÍGUEZ, 2019; FIGUEIREDO, 2019; ALMEIDA, 2019). Ainda que o indivíduo possa ser egoísta, que elimina dos seus planos o outro, para que possa obter o motivo do seu egoísmo ele precisa do outro, porque é o outro que lhe dá o que ele não tem. Se o egoísta percebe que com a colaboração do outro o motivo de seu egoísmo será mais facilmente alcançado, forçosamente se abrirá ao diálogo e às parcerias.

Isso terá consequências formidáveis no plano da existência humana, desde o familiar ao político. As dissenções familiares e seus conflitos terão possibilidade de se arrefecerem, porque os conflitos são decorrentes de egoísmos exacerbados de objetivos pessoais não declarados ou ocultos, que se chocam com as pretensões dos outros ou de fraquezas pessoais, como as decorrentes de uso de psicotrópicos (SILVA, 2019; FIALHO; GUSMÃO, 2019). É preciso que haja objetivos comuns a todos para que os objetivos pessoais possam ser viabilizados e auxiliados na sua persecução pelos familiares, agora transformados em parceiros.

Finalmente, mas não a menos importante, a dimensão espiritual é o que faz a conexão entre as duas dimensões anteriores, porque trata do bem como finalidade última da vida e dos relacionamentos (DOMINGUES et al, 2019; SILVA; MAZZI, 2019). Ninguém vive apenas por viver, nem se relaciona apenas para manter amizade. O bem, traduzido em termos como alegria, felicidade e bem-estar, é a finalidade última da experiência humana sobre a terra. Por incrível que pareça, a guerra, a produção do mal de diversas formas, os conflitos humanos e todo tipo de mal faz parte dos currículos das universidades, mas o bem, através do estudo da felicidade, da paz e da solidariedade, por exemplo, jamais fizeram parte das matrizes dos cursos.

O homem não vive apenas para o trabalho como se pode imaginar. O trabalho é apenas uma ferramenta gloriosa que ajuda a transformar o homem e o seu entorno (SOUSA; SANTOS, 2019). Mas até o trabalho está circunscrito a uma teia relacional que sempre culmina na produção do bem, porque todas as vezes que o trabalho se aparta do bem se aproxima do mal, com graves e dolorosas consequências para o ser humano e todas as formas de vida. Neste particular, todos precisam do trabalho para se transformar, ricos e pobres, pretos e brancos, altos e baixos, gordos e magros. O trabalho é tão necessário que todos os tipos de vida o praticam. É por meio dele e do aprendizado que o ser humano se muda e se aperfeiçoa.

É na dimensão espiritual que se compreende que o aprendizado leva ao trabalho e que o trabalho gera novos aprendizados. A felicidade é a busca que todo aprendizado almeja, que configura a essência espiritual, não da religiosidade. Enquanto o aprendizado é biológico, a consciência é extrafísica, que amplia a percepção da vida e do mundo. E quanto mais nítida a consciência, mais conhecimentos é capaz de produzir, com impacto na forma como agimos em relação aos outros e em relação ao que fazemos, com o nosso trabalho. Aprender, portanto, expande a consciência, que percebe inconsistências no nosso agir e que demanda novos aprendizados para aperfeiçoar a ação, o trabalho. E quanto mais aperfeiçoamento se faz naquilo que se produz, maior tenderá a ser o contentamento de quem recebe aquilo que fazemos, que pode ser traduzido em maior contentamento com o bem que produzimos.

A nova universidade, que Almeida Filho (2007) ajudou a delinear os contornos, se efetivamente materializada, poderá ajudar a instaurar um novo processo civilizatório, como sugeriu Nascimento-e-Silva (2002). A formação fragmentada, superespecializada, voltada exclusivamente para o mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2018) tem contribuído para a geração de inúmeras psicopatologias do trabalho e para a infelicidade humana. O trabalho é apenas uma ferramenta humana de transformação da vida e do mundo. É um meio, não um fim. O fim é o bem em suas diversas modalidades, que continua excluído das atenções das universidades e que, com a nova universidade, terá a oportunidade inédita de mudar as mentes e as visões de mundo predominantes atualmente.

5. CONCLUSÃO

As universidades têm se transformado no *locus* privilegiado de promoção de reflexão sobre as mudanças que o ambiente externo sofre. Paradoxalmente, contudo, as universidades parecem pouco dispostas a fazer aquilo que muitas vezes recomendam às organizações, instituições e indivíduos com os quais se relacionam. O remédio parece servir para os outros, mas não para elas. As mudanças lentas que processam estão fazendo com que o próprio ambiente em que essas universidades atuam passem a criar instituições e organizações substitutas, de maneira que possam ter o que as universidades não mais lhes oferecem, como é o caso das universidades corporativas, cujo papel é preparar mão de obra em consonância com as necessidades que as universidades não são mais capazes de preparar.

O descompasso não está restrito apenas às mãos de obra. O mesmo se verifica na produção de conhecimentos e geração de tecnologias. Grandes, pequenos, médias e micro empreendimentos estão promovendo as revoluções que antes se esperavam das universidades. As universidades se tornaram gigantes lentas, principalmente as públicas, mais centradas nos jogos internos de poder do que em se renovar e criar novos mecanismos relacionais com o que existe do lado de fora de suas fronteiras.

Esse descompasso foi devidamente percebido por Almeida Filho (2007), mas sua visão ainda parcial do problema não lhe permitiu delinear as estruturas da solução. Mas isso não lhe retira a importância da contribuição para com a edificação de uma nova universidade, que venha a substituir a já anacrônica instituição universitária brasileira. Afinal, pequenas mudanças, se sucessivas, podem provocar revoluções, desde que em consonância com as necessidades ambientais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade nova: textos críticos e esperançosos**. Salvador: Edufba, 2007. 300 p.

ALMEIDA, Rodrigo Bilieri de. A Importância do Estudo das Linguagens para a Comunicação Não Violenta. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 4, 2019.

AMORIM, Gustavo Modesto; PIRES, Edilson; SANTOS, Ferlando. Desafios na transferência de tecnologia universidade-empresa: um relato de experiência do núcleo de transferência de tecnologia da UFRB. **Cadernos de Prospecção**, v. 12, n. 1, p. 59, 2019.

ARRUDA, Carmen Lucia Rodrigues. Produção artística na universidade: relações de trabalho do professor-artista na Unicamp. **Comunicações**, v. 17, n. 2, p. 51-64, 2010.

CAMPOS, André Telles; SILVA, Guaracy; SILVA, Sheldon William. Universidade corporativa bombeiro militar: uma realidade plausível. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 17, n. 1, 2019.

CONNOR, Andy M. Engaging undergraduates with research to promote cumulative learning. **International Journal of Research Studies in Education**, v. 6, n. 2, p. 1-10, apr. 2017.

DAGNINO, Renato. Como é a universidade de que o Brasil precisa?. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 20, n. 2, 2015.

DIAS, Leandro De Bona. Filosofia da libertação e literatura um diálogo sobre exterioridade e alteridade. **Revista Linguagem, Ensino e Educação - Lendu**, v. 2, n. 2, 2019.

DOMINGUES, Elaine Aparecida Rocha et al. Bem-estar espiritual do profissional de enfermagem no ambiente hospitalar. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 16, n. 3, 2019.

EGGINK, Wouter et al. Research through design & research through education. In: **DS 83: Proceedings of the 18th International Conference on Engineering and Product Design Education (E&PDE16), Design Education: Collaboration and Cross-Disciplinarity, Aalborg, Denmark, 8th-9th September 2016**. 2016. p. 216-221.

FAGUNDES, Anhressa Araújo; LIMA, Marcelle França; SANTOS, Christiano Lima. Jogo eletrônico como abordagem não-intrusiva e lúdica na disseminação de conhecimento em educação alimentar e nutricional infantil. **International Journal of Knowledge Engineering and Management (IJKEM)**, v. 5, n. 13, p. 22-41, 2016.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque; LIMA, Helena Ibiapina. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): origens, construção e desenvolvimento. In: MOROSINI, Marília. **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. 2. Ed. Brasília: INEP, 2011, p. 65-80.

FERNANDES, Thereza D'Ávila Costa; COSTA, Joana Dar'k; MAGALHÃES, Maria Janilce Oliveira. A velhice sob o olhar das idosas do centro de referência de assistência social – CRAS de Pombal-PB. **Anais... 4º Congresso Internacional de Envelhecimento Humano**, Campina Grande, 21 a 26 set. 2015.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo. Percepções de jovens em conflito com a lei privados de liberdade: educação e socialização. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 21, n. 1, p. 126-144, 2019.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. Comunicação pública: um direito humano em conexão com o serviço social. **Temporalis**, v. 18, n. 36, p. 162-177, 2019.

FREITAS, Natiellen Quatrin. **Adoecimento relacionado ao trabalho de docentes universitários da área da saúde**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

GUEDES, Maria do Carmo. Escrever e editar: compromisso com a disseminação de conhecimento. **Psicologia USP**, v. 15, n. 3, p. 249-256, 2004.

GUSMÃO, Maria Aparecida de Jesus Xavier et al. Dinâmicas sociais, familiares e vulnerabilidades de mulheres privadas de liberdade. **Saúde e Pesquisa**, v. 12, n. 1, p. 159-168, 2019.

HOFFMANN, Jonatan; MAXIMO, Carlos Eduardo. A Educação Popular em Saúde como dispositivo transformador das práticas de produção da saúde no município de Itajaí-SC. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 1, p. 1-14, 2019.

LIMA, Luan dos Santos et al. Feira de ciências na escola: vivências do PIBID/química. **Scientia Naturalis**, v. 1, n. 1, 2019.

MAJERČÁKOVÁ, Margita; MADUDOVÁ, Emilia. Competition, strategy and critical attributes in higher education in the Slovak Republic. In: **2016 15th International Conference on Information Technology Based Higher Education and Training (ITHET)**. IEEE, 2016. p. 1-7.

MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é morte**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2017.

MONTEIRO, Silas Borges. Heccidade: formação como individuação sem sujeito. **Revista de Educação Pública**, v. 28, n. 68, p. 521-533, 2019.

MORITZ, Mariana Oliveira et al. A Prospecção de Cenários nas Universidades: variáveis portadoras de futuro e a trajetória da Universidade Federal de Santa Catarina para 2022. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, p. 111-135, 2011.

NALINI, José Renato. Pragmatismo e universidade: aliança viável. **Revista da AJURIS**, v. 45, n. 145, p. 97-116, 2019.

NASCIMENTO-E-SILVA, Daniel. **A empregabilidade: fundamentos substantivos de um novo processo civilizatório**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). 2002. 132 f. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

NOLASCO-SILVA, Leonardo; RIBEIRO, Adelia Miglievich. Universidade e democracia: para quê? para quem. **Revista Teias**, v. 20, n. 56, p. 3-10, 2019.

OLIVEIRA, Erinaldo Silva et al. A formação humana integrada: categoria norteadora da educação profissional e tecnológica. **Anais... XIV Encontro de Iniciação Científica; XIII Fórum Científico; V Seminário PIBID**, Curitiba, 9 a 10 nov. 2018.

PAIVA, Aline Cristina. Mundialização Financeira e Educação: os impactos das políticas neoliberais no ensino superior, o caso do Brasil e Chile. **Itinerarius Reflectionis**, v. 11, n. 2, 2015.

PAULA, Pedro Alexandre de; MATOS, Eliane Bragança de. Qualidade percebida de serviço prestado por meio de mídia social de uma universidade federal. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v. 9, n. 2, p. 26-43, 2018.

PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda. Relações de poder na universidade pública brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 78, n. 188-89-90, 2007.

PISSARRA, Maria Constança Peres. Rousseau, a festa coletiva e o teatro. **Artefilosofia**, n. 25, p. 216-229, 2019.

PRESTES, Emília Maria da Trindade; JEZINE, Edineide; SCOCUGLIA, Afonso Celso. Democratização do ensino superior brasileiro: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Lusófona de Educação**, n. 21, p. 199-218, 2012.

RABELO, Daniela Amado. A alteridade de mulheres com Rokitansky nas narrativas midiáticas: distopia do ser em vida. Anais... **XII Seminário Nacional de Mídia e Cidadania**, Goiânia, 18 a 19 out. 2018.

ROCHA, Gabrielle; BARCELOS, Isabel Cristina Ribeiro Regazzi. A relação intersubjetiva no cuidar de enfermagem em saúde mental: competência para o cuidado em saúde mental. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 2, p. 921-925, 2010.

RODRÍGUEZ, Luis Fernando. Educação popular, intersubjetividade e espiritualidade: uma relação de memória sobre as contribuições do conceito de comunicação na obra pedagógica de Paulo Freire. **Pensamiento palabra y obra**, n. 21, p. 142-151, 2019.

SANTOS, Graciele Marques; GENTIL, Heloisa Salles. Estudantes de classes populares no curso de pedagogia da Unemat: acesso à educação superior. **Rev. Fac. Educ.** (Univ. do Estado de Mato Grosso), v. 25, n. 1, p. 57-72, jan./jun. 2016.

SANTOS, Matheus Fernando dos; ASSUNÇÃO, Thiago Vicente de. A report of experience: the social importance of PIBID in the training of students of the course of physics degree. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 5, p. 3668-3689, 2019.

SILVA, Pahola Gyselle Carvalho. Casa da família: novo modelo multiportas para resolução de conflito no âmbito familiar/Family house: new multiport model for family conflict resolution. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 2, p. 1774-1793, 2019.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; BERNARDES, Nara Maria Guazzelli. Roda de conversas-Excelência acadêmica é a diversidade. **Educação**, v. 30, n. 61, 2007.

SILVA, Taline Cristina Vieira da; MAZZI, Nathália Romeu de. A espiritualidade no cuidado perioperatório: a perspectiva do paciente. **Journal of Nursing and Health**, v. 9, n. 2, 2019.

SNELLMAN, Carita Lilian. University in Knowledge Society: Role and Challenges. **J. Syst. Manag. Sci**, v. 5, p. 84-113, 2015.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de; SANTOS, Joaquim José Ferreira dos. Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza. **Revista Katálysis**, v. 22, n. 1, p. 201-209, 2019.

TAVARES, Sergio Marcus Nogueira. Governança em universidades confessionais no Brasil: modelo em construção. **Educação & Linguagem**, v. 12, n. 19, p. 219-238, 2009.

TEPE, Nagihan. Türkiye'de yükseköğretim alanında yapılan lisansüstü tezlerin incelenmesi (1990-2017). **Electronic Turkish Studies**, v. 13, n. 19, 2018.

TONET, Helena Correa; PAZ, Maria das Graças Torres da. Um modelo para o compartilhamento de conhecimento no trabalho. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 2, p. 75-94, 2006.

TONIAL, Juliana Chilanti. Falta de alimentos no mundo: problema de escassez ou de distribuição?. **JURIS-Revista da Faculdade de Direito**, v. 14, p. 69-80, 2009.

VAIDERGORN, José. Uma perspectiva da globalização na universidade brasileira. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, 2001.

VAZIRI, Baback et al. Crowd-Ranking: a Markov-based method for ranking alternatives. **Operational Research**, p. 1-17, 2017.

VAZIRI, Baback. **Markov-based ranking methods**. Doctoral Thesis. 2016. Purdue University, West Lafayette.

VIEIRA, Flávia. Para uma mudança profunda da qualidade da pedagogia na universidade. **REDU: Revista de Docencia Universitaria**, v. 12, n. 2, p. 23, 2014.